

MOUFFE, C. *Por um populismo de esquerda*. São Paulo: Autonomia Literária, 2019.

Alecilda Oliveira

Doutoranda em Sociologia pelo Programa de Pós-graduação em Sociologia (PPGS) da Universidade Federal de São Carlos (PPGS/UFSCar). Docente na Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG) e na Faculdade Mais (FacMais - Unidade Ituiutaba). Professora de Sociologia da Educação Básica do estado de Minas Gerais.

 10.17771/PUCRio.DDCIS.56336

O livro *Por um populismo de esquerda*, da filósofa política Chantal Mouffe, é uma interessante ferramenta para analisar o fenômeno das democracias contemporâneas. Publicado no Brasil em 2019 pela editora Autonomia Literária, trata-se, conforme evidencia a autora, não de uma contribuição ao campo dos “estudos do populismo”, mas de uma intervenção teórica e política em busca de contribuir com a atual conjuntura. Esse é um primeiro aspecto de destaque por ser um texto que reconhece abertamente seu caráter, seu objetivo e sua contribuição para determinado espectro político.

Em sua análise, restrita às nações da Europa Ocidental, Mouffe demonstra a emergência de um “momento populista” – o objeto de sua elaboração teórica. Como a própria autora reconhece, o fenômeno do populismo não se restringe apenas aos países europeus ocidentais, destacando também o leste europeu e as diferentes nuances do populismo latino-americano. No entanto, ela não se propõe a explorar tais contextos – leste europeu e demais regiões – por entender a necessidade de considerar especificidades dessas experiências, o que a impossibilitaria de tal feito. Desse modo, a autora tem como expectativa que suas reflexões possam servir de estímulo à análise de outros regimes populistas, mas sem serem tratadas como fórmulas aplicáveis.

Em sua análise, Mouffe nos fornece elementos para não enveredar em uma perspectiva pejorativa empregada ao termo, difundida especialmente pelos meios de comunicação e outras análises que dela se valem. Para tanto, Mouffe faz uso da abordagem analítica desenvolvida por Ernesto Laclau, compreendendo o populismo como um modo de “fazer política” que assume diferentes formas ideológicas e é compatível com diversas estruturas da política institucional. Portanto, o populismo não se trata de uma ideologia ou um regime político específico, conforme evidencia a autora.

Mouffe caracteriza o “momento populista” como um cenário de desestabilização da hegemonia dominante em decorrência de um descontentamento nas instituições que, por sua vez, não conseguem reverter o quadro e manter a confiabilidade por parte da população. Nesse cenário, abre-se a possibilidade para a reconfiguração de uma ordem social. Essa seria, para a autora, a conjuntura atual. De acordo com Mouffe, o “momento populista” de hoje emergiu com a crise econômica de 2008, em que tanto setores de esquerda como também de direita passaram a questionar o modelo neoliberal.

Na Europa Ocidental, a formação hegemônica neoliberal foi implementada progressivamente a partir de 1980 em substituição ao estado de bem-estar social. E, mais do que práticas para o exercício do domínio econômico, Mouffe enxerga o neoliberalismo como uma concepção de indivíduo e sociedade. Pode-se estabelecer aqui uma conexão com outras leituras desse fenômeno, como a apresentada por Dardot e Laval, em *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal* (Boitempo, 2016). Os autores compreendem a lógica neoliberal para além do campo econômico, tratando-a como uma racionalidade que impacta tanto na economia como na subjetividade e na constituição dos sujeitos sociais.

Como prática política e econômica, o modelo neoliberal defende desregulamentação, privatização, austeridade fiscal e limitação do papel do Estado à defesa da propriedade privada, sem interferências no mercado e no comércio. Nesse sentido, há também restrição de investimento e implementação de políticas públicas de garantia de direitos sociais por parte do Estado. Ou seja, propõem-se o fim da característica marcante do estado de bem-estar social e a configuração de uma política de “Estado mínimo”.

Mas, a partir da crise financeira de 2008, a política neoliberal escancarou suas contradições, pois, para impedir o colapso do sistema financeiro mundial, foi necessária a implementação de políticas de austeridade em muitos países do continente europeu. Mouffe afirma que ainda não há uma solução para a crise, e devido ao seu agravamento, expressam-se resistências ao neoliberalismo. É a partir dessa contextualização que Mouffe atesta que o mundo vive em um “momento populista”.

Em busca de restabelecer a ordem, foram propostas mudanças políticas e econômicas, durante os anos de hegemonia neoliberal, constituindo uma “pós-democracia”. O termo utilizado por Mouffe foi cunhado por Colin Crouch, em 2004, e indica que a social-democracia do neoliberalismo esteve na linha de frente de uma movimentação política que colocou em xeque dois pilares democráticos: a igualdade e a soberania popular. Em consequência, alastrou-se uma apatia generalizada e um desinteresse pelas instituições democráticas. Crouch afirma que, no conjunto, a “pós-democracia” tem, na verdade, provocado um retrocesso democrático, passando a política a ser vista novamente como “um negócio das elites fechadas”.

O termo, em Mouffe, expressa-se em um sentido um pouco diferente. Pode-se compreender a situação atual como “pós-democrática” porque a hegemonia neoliberal eliminou a tensão entre princípios democráticos e liberais, levando a desaparecer os valores democráticos de igualdade e soberania popular e, em consequência, também os espaços de confronto de projetos de sociedade presentes em outros contextos da democracia liberal.

No cenário “pós-democrático”, o termo “democracia” ainda é corrente, mas reduz-se à garantia de eleições livres e à defesa dos direitos humanos. Para Mouffe, o neoliberalismo dá centralidade à defesa do livre mercado, sendo muitos aspectos do liberalismo político colocados em segundo plano ou até mesmo extintos. De acordo com a autora, no âmbito analítico, é possível examinar a democracia liberal por meio de elementos históricos e compreender essa mudança.

No percurso histórico, torna-se explícita uma tensão constitutiva na fronteira entre direita e esquerda em países cujo regime é democrático liberal. Essa tensão, conforme Mouffe, proporciona uma estabilidade temporária com base em negociações pragmáticas entre as forças políticas e o estabelecimento da hegemonia de uma delas sobre a outra. Trata-se de um momento em que houve disputa de projetos de sociedade e estímulo à participação popular. Na arena pós-democrática, manifestou-se também o que Mouffe compreende como “pós-política”:

ou seja, a fronteira entre esquerda e direita foi “borrada” pela ótica e pelos limites impostos pelo capitalismo financeiro, minando o princípio de soberania popular.

O outro pilar democrático liberal, a igualdade, também foi afetado por esse contexto de pós-política. Identifica-se, então, uma “oligarquização” das sociedades da Europa Ocidental com a expansão do setor financeiro em detrimento da economia produtiva. Ou seja, em decorrência da financeirização da economia se estabelece um cenário de desindustrialização, com aumento da precarização das condições de trabalho e da taxa de desemprego. E, com isso, o crescimento exponencial das desigualdades.

Mouffe acredita que este é o “momento populista” em que se deve colocar em cena a emergência de múltiplas resistências contra o sistema político-econômico neoliberal. Pois, com o declínio da social-democracia neoliberal se abriu espaço para experiências populistas, mas as forças do campo da direita souberam tirar maior proveito da situação. Para a autora, essas forças políticas tiveram a sagacidade de traduzir, por meio de um vocabulário nacionalista, as demandas dos setores populares que não se sentiam contemplados pelos grupos dominantes.

Em busca de exemplificar, Mouffe demonstra a emergência de diversos protestos populares que tomaram as ruas de diferentes países da Europa Ocidental – Grécia, Espanha, Portugal e França tiveram bastante expressividade – e dos Estados Unidos, a partir de 2011. No que concerne aos protestos realizados, Mouffe afirma que sinalizaram um despertar político após anos de apatia. Suas principais características foram a horizontalidade e a recusa do envolvimento com organizações e instituições políticas. No entanto, conforme aponta Mouffe, foi apenas com o acompanhamento de movimentos políticos estruturados que esses grupos alcançaram resultados. Para a autora, esses movimentos foram um tipo de populismo para o restabelecimento e o aprofundamento da democracia.

É importante, nesse sentido, fazer referência aos protestos ocorridos no Brasil em 2013. De modo expressivo, a mobilização ganhou diferentes cidades do país, sendo denominada como “jornadas de junho”. No que diz respeito à convocação dos primeiros atos, é possível identificar movimentos do campo da esquerda, bem como a tática de protesto no espaço público já utilizada desde o período da redemocratização. No entanto, as manifestações ganharam rapidamente um caráter difuso, levando às ruas parcelas da população que não faziam uso dessa tática até então. Há, ainda, muitas pesquisas sendo realizadas para entender as consequências dos protestos para as instituições democráticas brasileiras.

Mouffe afirma que muitas das demandas dos partidos populistas de direita são democráticas e, por isso, não são reconhecidas pelos partidos social-democratas responsáveis pela implementação de políticas neoliberais. Por outro lado, sofrem desqualificação por parte de grupos e organizações de centro-esquerda, que os classificam como de “extrema-direita” ou “neofacistas”.

Para Mouffe, essa não é a melhor resposta à emergência dos partidos populistas de direita. Portanto, a autora aponta para a necessidade de um movimento à esquerda que articule todas

as lutas democráticas contra a pós-democracia. Destarte, não se trata de excluir os possíveis aliados de antemão, mas de reconhecer a existência de um núcleo democrático em suas demandas. Em um momento de forte polarização, como a que existe no Brasil, talvez seja esta a melhor estratégia: a busca pela construção de uma frente ampla e insatisfeita com os rumos que o país tomou nos últimos anos.

É necessário repensar a estratégia populista de esquerda. Conforme sugere Mouffe, em sua abordagem, os grupos de esquerda não devem responsabilizar ou rejeitar os eleitores de tais projetos que se posicionem como arrependidos, pois muitos podem ter confiado seu voto por vê-los como os únicos dispostos a tratar dos problemas que os afligem. Torna-se importante demonstrar que ambos os tipos de populismo congregam demandas de insatisfação diante da hegemonia neoliberal. Entretanto, as possíveis soluções apresentadas serão distintas. O populismo de direita, por exemplo, apesar de ter resistências, não se posicionará como oponente da política neoliberal do mesmo modo que os grupos à esquerda. Para os últimos, é necessário um projeto coletivo de radicalização, aprofundamento e ampliação da democracia.

Por fim, destaca-se o fato de que o termo “populismo de esquerda” é apenas uma referência no âmbito analítico, assim como a categoria sociológica “povo”. Trata-se de traçar uma fronteira política, colocando em oposição o “povo” contra as “oligarquias”. Partidos, organizações e movimentos que adotarem essas estratégias na prática poderão ganhar rumos distintos e não serem identificados por essa denominação. No entanto, poderão ser identificados sociologicamente por estratégias e táticas para a construção de uma fronteira e um “povo”, mas indicando qual tipo de “povo” representam: que configure uma maioria popular independente de filiações e agrupamentos políticos anteriores.